



Contém Assinatura Digital

Município da Lourinhã
Divisão Jurídica e Recursos Humanos
Concursos

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

(Nos termos do art.º 115º do Código Contratos Públicos, republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31/08, na sua atual redação)

Procedimento por Ajuste Direto

[Nos termos do art.º 16º, alínea d) do nº 1 do art.º 20º e art.º 112.º a 127.º do Código Contratos Públicos, republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31/08, na sua atual redação]

Aquisição de equipamentos informáticos

Procedimento com a referência:

ADG/15/2021

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 18.828,15Euros

JOÃO DUARTE
ANASTÁCIO
DE CARVALHO

Assinado de forma
digital por JOÃO
DUARTE ANASTÁCIO
DE CARVALHO
Dados: 2021.07.01
12:09:14 +01'00'

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho, Eng.º)

ÍNDICE

OFICIO CONVITE	3
CONVITE	5
Artigo I. Convite:	5
Artigo II. Identificação da Entidade Adjudicante:	5
Artigo III. Órgão responsável pela decisão de contratar:	5
Artigo IV. Fundamento da escolha do Procedimento:	6
Artigo V. Processo do concurso:	6
Artigo VI. Disponibilização das peças:	6
Artigo VII. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento:	7
Artigo VIII. Erros e Omissões:	7
Artigo IX. Prazo para apresentação das propostas:	8
Artigo X. Documentos da proposta:	9
Artigo XI. Preço Base:	10
Artigo XII. Critério de adjudicação:	10
Artigo XIII. Análise da Proposta:	11
Artigo XIV. Artigo XIV. Esclarecimento sobre as propostas:	11
Artigo XV. Notificação da decisão de adjudicação:	11
Artigo XVI. Documentos de habilitação:	12
Artigo XVII. Caução:	14
Artigo XVIII. Preço anormalmente baixo:	14
Artigo XIX. Celebração do contrato:	14
Artigo XX. Publicitação:	14
Artigo XXI. Artigo XXI. Despesas e encargos:	14
Artigo XXII. Artigo XXII. Peças que constituem o procedimento:	14
Artigo XXIII. Identificação do órgão de recurso administrativo:	15
Artigo XXIV. Disposições Finais:	15
ANEXOS	16

OFICIO CONVITE

Exm.ºs Srs.

O Município Lourinhã vem pelo presente convidar V. Ex.ªs a apresentar proposta para o presente Procedimento de Ajuste Direto, sob o Regime Geral para a celebração de contrato de Aquisição de equipamentos informáticos, o qual deverá obedecer aos termos e condições que a seguir se indicam no Convite.

Considerando o seguinte:

(1) Fundamentação da escolha pela não divisão em lotes

Esta aquisição de serviços, tem valor inferior a (euro) 135 000 e, trata-se de uma aquisição de computadores de secretária, recondicionados, pelo que não se justifica a sua separação, até porque a entidade a convidar apresenta a quantidade pretendida pelo Município.

3

(2) Fundamento do preço estimado

O valor do preço estimado foi revisto e assim ajustado para a natureza dos equipamentos a adquirir, tendo em consideração consulta informal e online ao mercado.

(3) A escolha da entidade a convidar

O órgão competente para a decisão de contratar tem liberdade de escolha das entidades a convidar no Ajuste Direto.

Porém, essa liberdade de escolha não é discricionária uma vez que órgão deve fundamentar a razão pela qual escolhe determinadas entidades e não outras.

As razões que fundamentam essa escolha são:

§ O Convite a uma única entidade relaciona-se com o conhecimento prévio dos equipamentos a fornecer pela entidade em causa, cumprindo a mesma os requisitos que foram solicitados em consulta prévia ao mercado e, a disponibilidade para o cumprimento dos prazos estabelecidos.

DECIDE:

Entidade a convidar:

⇒ Rigormind Unipessoal, Lda. - NIF: 510137547

Informa-se que foram designados pelo órgão competente:

O gestor no procedimento de formação de contrato é o Técnico Superior da área funcional dos concursos da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, **Ricardo Alexandre Ribeiro Rodrigues**, que tem como função o que a lei lhe atribui, nomeadamente, o garante da imparcialidade, a preparação e instrução do processo na formação de ato ou contrato no qual se impõe a necessidade de juntar declaração anexa ao presente processo de que se não encontra abrangido pela previsão do n.º 3 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo e declaração de honra de acordo com instrução de trabalho Contratação Pública IT-CC-01_A4 por despacho n.º 611 de 24/01/2019 do Sr. Presidente da Câmara, e a Assistente Técnica também da área funcional dos Concursos, **Teresa Leal**, que o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Este ofício convite é acompanhado do convite e do caderno de encargos.

CONVITE

Artigo I. Convite:

O presente convite compreende a aquisição de equipamentos informáticos, de acordo com as especificidades definidas no caderno de encargos.

Artigo II. Identificação da Entidade Adjudicante:

A entidade pública adjudicante é o Município da Lourinhã com o NIPC 502177101, sita no Edifício Paços do Concelho, Praça José Máximo da Costa, (CP 2530-850), Lourinhã, telefone 261410160 e fax 261410108, endereço de correio eletrónico: *concursos@cm-lourinha.pt* e sítio da internet: *http://www.cm-lourinha.pt*.

Artigo III. Órgão responsável pela decisão de contratar:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atualizada, a decisão de contratar e decisão de autorizar a despesa foi proferida pelo Sr. Presidente de Câmara, Eng.º João Duarte Anastácio de Carvalho, considerando as competências próprias ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua redação atualizada e em vigor por força da Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. A decisão de contratar foi proferida na data da assinatura eletrónica qualificada aposta no presente convite.

Artigo IV. Fundamento da escolha do Procedimento:

Propõe-se a abertura de procedimento por ajuste direto, para a aquisição de equipamentos informáticos, uma vez que se considera que é este o tipo de procedimento que garante a maior eficácia e maior celeridade, nos termos e de acordo com o previsto na alínea d) do Artigo 20.º do CCP e nos artigos 112.º a 127.º do mesmo diploma legal, atendendo ao montante estimado e à necessidade imediata de adquirir os bens objeto do contrato, para substituição de computadores na EB2 3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira, escolas básicas e também no Município.

Artigo V. Processo do concurso:

1. O processo do concurso é constituído pelas seguintes peças procedimentais: Convite à Apresentação de Proposta e Caderno de Encargos e anexos que deles façam parte.
2. O processo pode ser consultado no Gabinete de Concursos da Divisão de Administração Geral, na morada indicada no **artigo II** do convite, durante as horas de expediente, das 9h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m, desde a data de envio do convite até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

6

Artigo VI. Disponibilização das peças:

1. Poderá ser feito download gratuito das peças do procedimento na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, acinGov, com endereço eletrónico <https://www.acingov.pt> (Anexo IV).
2. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante e o convidado, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, pela mesma via eletrónica de dados identificada no número anterior, nos termos do disposto nos arts. 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo VII. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento:

1. O concorrente pode solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos durante o primeiro terço do prazo fixado no número 1 do artigo VI, através da Plataforma Eletrónica de Contratação, **acinGov**, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> **anexo IV**.
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e nos prazos previstos no número seguinte;
3. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado;
4. Os esclarecimentos e retificações comunicados ao interessado, são simultaneamente disponibilizados na Plataforma Eletrónica de Contratação, **acinGov**, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desses factos;
5. Os esclarecimentos e as retificações referidas nos números anteriores, fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo VIII. Erros e Omissões:

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o concorrente pode apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

2. Excetuam-se do disposto no número 1 os eventuais erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
3. A apresentação da lista referida no número 1 deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados em função da natureza do erro ou omissão, designadamente, memória descritiva com a identificação clara e fundamentada do erro ou omissão;
4. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelo convidado deve ser disponibilizada na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, **acinGov**, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e juntas às peças do procedimento que se encontrem disponíveis para consulta;
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas ou do prazo fixado no número 1 do artigo X o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites;
6. O órgão competente para a decisão de contratar identifica os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites;
7. A decisão prevista no número anterior é publicitada na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, **AcinGov**, com endereço eletrónico, <http://www.acingov.pt>, e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

Artigo IX. Prazo para apresentação das propostas:

1. O prazo para apresentação da proposta é de **9 (nove) dias** seguidos a contar do dia imediatamente seguinte à data do convite e deverá ser apresentada, através da plataforma eletrónica a uso por este Município com o endereço na internet <http://www.acingov.pt>, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º do CCP.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

3. A proposta deve ser apresentada até às **23h59m do 9.º dia** a contar da data do envio do convite, através de plataforma eletrónica a uso por este Município com o endereço na internet <http://www.acingov.pt>.
4. A pedido, fundamentado, de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita todos os interessados.

Artigo X. Documentos da proposta:

3. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** e assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, conforme documento que se junta, em anexo ao presente convite;
 - b) Lista de preços unitários ***preenchida de acordo com o Formulário da Proposta / Candidatura***, disponível na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço <http://www.acingov.pt>;
 - c) Se aplicável, Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt), ou documento equivalente, declaração de início de atividade;
4. Todos os documentos que instruem a proposta devem ser assinados eletronicamente através de certificado de assinatura digital qualificada para o efeito, emitida por uma entidade Certificada pela Autoridade Nacional de segurança, de acordo com o disposto no art.º 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto e números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante;

6. Não são admitidos documentos em língua estrangeira a não ser que estejam acompanhados de tradução legalizada.
7. Não são admitidas propostas variantes e os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluir o IVA.
8. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
9. Se na proposta forem indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
10. O prazo de validade das propostas é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo XI. Preço Base:

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base do presente procedimento, como parâmetro base do preço contratual, é fixado em **18.828,15€**, (dezoito mil oitocentos e vinte e oito euros e quinze cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. O valor base tem por referência outras adjudicações para o mesmo tipo aquisições, sendo adequado à natureza dos equipamentos a adquirir, tendo em conta o resultado da consulta preliminar de mercado, efetuada conforme previsto no artigo 35º-A do CCP.

10

Artigo XII. Critério de adjudicação:

Caso a proposta cumpra com todos os parâmetros indicados no convite e no caderno de encargos, e nada implique a sua exclusão, a adjudicação será efetuada, sem haver lugar às fases de negociação, audiência prévia, nem elaboração dos relatórios preliminar e final, em virtude de apenas ser consultada uma entidade, não havendo termos de comparabilidade.

Artigo XIII. Análise da Proposta:

O serviço requisitante analisa a proposta para efeitos de adjudicação tendo em consideração o critério de adjudicação referido no artigo anterior do presente convite.

Artigo XIV. Artigo XIV. Esclarecimento sobre as propostas:

1. O concorrente obriga-se a prestar, em relação à sua proposta e a toda a documentação que a instrua e esclarecimentos necessários à avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Todos os esclarecimentos prestados serão publicitados na plataforma eletrónica, AcinGov, utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

11

Artigo XV. Notificação da decisão de adjudicação:

a) Notificação da escolha do adjudicatário

O órgão competente para a decisão de contratar notificará da decisão de adjudicação, acompanhado da decisão de não adjudicação e respetivos fundamentos;

Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

- i. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto do artigo XV do presente convite.

b) Anulação da adjudicação

A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário, não entregue a documentação (Documentos de habilitação) que lhe seja exigida.

c) Causas de não adjudicação

Não há lugar à adjudicação quando:

- i. Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- ii. Todas as propostas tenham sido excluídas;
- iii. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
- iv. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
- v. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo XVI. Documentos de habilitação:

1. O prazo de apresentação dos documentos de habilitação é de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de notificação de adjudicação na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço <http://www.acingov.pt>.
2. Sempre que se verifiquem irregularidades na apresentação dos documentos de habilitação que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **2 (dois) dias úteis** se pronunciar, por escrito, relativamente ao qual o facto ocorreu, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP;
3. Em função das razões invocadas e caso tais irregularidades se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, deverá o mesmo suprimir as irregularidades detetadas no prazo de **2 (dois) dias úteis**, sob pena de caducidade da adjudicação, conforme disposto no n.º 3 do citado artigo 86.º do CCP.
4. **O adjudicatário tem de apresentar os seguintes documentos de habilitação:**
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II**, ao presente convite;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no

Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a **impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.
- e) Subscrever a Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, conforme modelo previsto no **anexo III** ao presente Convite e que dele faz parte integrante.

5. Para efeitos da outorga do contrato deverá, ainda, indicar os seguintes dados ou reprodução *(se optar por esta ultima, o envio das cópias dos documento de identificação, pressupõe a autorização expressa do (s) visado (s), terão de ser assinadas e datadas nas cópias, referindo o fim a que as mesmas se destinam, Portaria n.º 287/2017, que concretiza alterações à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro):*

- i. Numero de identificação do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade e sua validade e Número de Contribuinte da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;
- ii. Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva;
- iii. Ata ou Procuração com poderes para o ato, caso se aplique;
- iv. Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt).

Artigo XVII. Caução:

Não é exigível a prestação de caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua actual redacção.

Artigo XVIII. Preço anormalmente baixo:

Não se aplica.

Artigo XIX. Celebração do contrato:

A redução do contrato a escrito, está dispensada nos termos do disposto na subalínea i) da alínea c) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redacção atualizada.

14

Artigo XX. Publicitação:

O procedimento de ajuste direto está sujeito a publicitação, no Portal BASE, em conformidade com o disposto no artigo 127º do CCP.

Artigo XXI. Artigo XXI. Despesas e encargos:

São encargos dos concorrentes, as despesas inerentes ao procedimento, em particular, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo XXII. Artigo XXII. Peças que constituem o procedimento:

Fazem parte integrante do presente procedimento as seguintes peças:

- a) O presente convite;

- b) O caderno de encargos Cláusulas Jurídicas Gerais e Cláusulas / Especificações Técnicas.

Artigo XXIII. Identificação do órgão de recurso administrativo:

1. O órgão de recurso administrativo é a entidade que proferiu a decisão de contratar, indicada no **artigo III** do presente convite.
2. O prazo para interposição do recurso é de 5 dias, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.

Artigo XXIV. Disposições Finais:

1. Assunção de compromisso

A adjudicação está dependente da verificação da conformidade legal da despesa, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, e legislação conexas, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas e demais normas exigidas por lei.

15

2. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação e demais legislações aplicáveis.

ANEXOS

[Ficheiros Microsoft Word em anexo]

Anexo I:

- Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

Anexo II:

- Modelo de Declaração (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

Anexo III:

- Modelo de Declaração de Ausência de Conflitos de Interesses

16

Anexo IV:

- Disponibilização e acesso ao procedimento